REVISTA MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Análise do processo de elaboração e proposição da política pública de economia popular solidária

O caso de Mato Grosso

Laudemir Luiz Zart

Resumo O artigo analisa os pressupostos de elaboração e proposição da política pública de socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso entre os anos de 2003 a 2014. Para alcançar este objetivo parto do debate sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos que orientam as concepções de conhecimento embasando na dialética entre a descrição e a interpretação da realidade e da dinâmica de projeção e de transformação do contexto histórico, descrevendo um futuro possível. Para a compreensão crítica alicerço a teoria na Análise de Política que tem como referencial a descrição, a explicação e a prescrição de políticas públicas com base na participação de distintos atores sociais. Na perspectiva da política pública de socioeconomia solidária e na geração de ciência e tecnologia para o desenvolvimento dos grupos populares debato a Teoria da Adequação Sociotécnica. Apresento o quadro da concepção geral do processo de elaboração e proposição denominada de jornada estadual que tinha como objetivo a mobilização de atores para elaborar, encaminhar e aprovar a política pública para a socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso. A análise se limita no tempo que inicia em 2003 com a realização do EMESOL na Universidade do Estado de Mato Grosso, perpassando pela construção do PIESES e da articulação da REMSOL até a realização de audiências públicas, a proposição e aprovação da lei estadual de economia solidária no ano de 2014.

Palavras Chave Epistemologia; Política pública; Socioeconomia solidária.

Abstract The article analyzes the assumptions for elaboration and proposal of the public policy of socioeconomic solidarity in the State of Mato Grosso between the years 2003 and 2014. To achieve this goal, the debate about the theoretical and epistemological foundations that guide the conceptions of knowledge based on the dialectic between the description and interpretation of reality and the dynamics of projection and transformation of the historical context, describing a possible future. For critical understanding, I take by base the theory in the Analysis of Politics that has as reference the description, explanation and prescription of public policies based on the participation of different social actors. In the perspective of the public policy of socio-economic solidarity and in the generation of science and technology for the development of popular groups, I discuss the Theory of Sociotechnical Adequacy. I present the framework of the general conception of the process of elaboration and proposal called a state day that had as its objective the mobilization of actors to elaborate, forward and approve the public policy for solidarity socioeconomics

in the State of Mato Grosso. The analysis is limited to the time it starts in 2003 with the implementation of EMESOL at the State University of Mato Grosso, through the construction of the PIESES and the articulation of REMSOL until the holding of public hearings, the proposal and approval of the state law of solidarity economy in the year 2014..
Keyword Epistemology; Public policy; Solidary socioeconomics.

Resumén El artículo analiza los presupuestos de elaboración y proposición de la política pública de socioeconomía solidaria en el Estado de Mato Grosso entre los años 2003 a 2014. Para alcanzar este objetivo se parte del debate sobre los fundamentos teóricos y epistemológicos que orientan las concepciones de conocimiento basadas en la dialéctica entre la descripción y la interpretación de la realidad y de la dinámica de proyección y de transformación del contexto histórico, describiendo un futuro posible. Para la comprensión crítica base la teoría en el análisis de política que tiene como referencia la descripción, la explicación y la prescripción de políticas públicas con base en la participación de distintos actores sociales. En la perspectiva de la política pública de socioeconomía solidaria y en la generación de ciencia y tecnología para el desarrollo de los grupos populares se debate la Teoría de la Adecuación Sociotécnica. Se presenta el cuadro de la concepción general del proceso de elaboración y proposición denominada de jornada estadual que tenía como objetivo la movilización de actores para elaborar, encaminar y aprobar la política pública para la socioeconomía solidaria en el Estado de Mato Grosso. El análisis se limita en el tiempo que comienza en 2003 con la realización del EMESOL en la Universidad del Estado de Mato Grosso, pasando por la construcción del PIESES y de la articulación de la REMSOL hasta la realización de audiencias públicas, la proposición y aprobación de la ley estadual de economía solidaria en el año 2014.
Palabras clave Epistemología; Política pública; Socioeconomía Solidaria.

Dos fundamentos teóricos e epistemológicos

Para orientar as reflexões, seguirei as orientações teóricas e epistemológicas presentes em Herrera et. al (1994), os quais trazem como pressupostos metodológicos a indicação de que a leitura da realidade pela ciência deve ser feita por dois caminhos complementares. O primeiro é a atitude *proyectiva* que "... describen un futuro posible suponiendo la persistencia de las principales tendencias observadas en el momento" (p. 13) e o segundo a atitude *normativa* que "...propone un deseable y trata de identificar las acciones necesarias para pasar de este presente a este futuro" (p. 13). Avalio que, ao fazer a análise do processo de implantação da política estadual de socioeconomia solidária, coloco-me na perspectiva interacional do processo projetivo, visto como a capacidade de análise da realidade, que é complementada pelo processo normativo, porque:

> su objetivo no es predecir el futuro, porque pensamos que a historia es un proceso abierto; no hay un futuro predeterminado, hay tan sólo opciones. El objetivo del trabajo es elegir un escenario deseable entre las multiplicidad de futuros posibles e identificar las acciones necesarias para alcanzarlo. No pretende ser "objetivo" en el sentido de una supuesta neutralidad en cuanto a valores se refiere; [...]. Es por otra parte objetivo, por cuanta que parte de una visión realista de los problemas que enfrenta el mundo, y busca soluciones basadas en la capacidad de cambio y en creatividad que las sociedades humanas han mostrado tantas veces en el pasado. (HERRERA et al., 1994, p. 13).

Para a compreensão do processo, fundamento-me na construção do referencial teórico de Ham e Hill (1993) para os quais a Análise de Política é ao mesmo tempo descritiva, explicativa e prescritiva, trabalhando com a perspectiva da resolução de problemas sociais. Esses autores negam a neutralidade da ciência e, ao tomar esse direcionamento, a teoria da Análise de Políticas traz um desafio intelectual bastante significativo em termos metodológicos, pois passam das análises descritivas dos objetos e das ações, no sentido de dizer o que são, passando pela explicação, a compreensão da lógica dos fenômenos, para as análises normativas e, portanto, de aceitação de que as relações humanas e, por conseguinte, as ciências são guiadas por valores.

Nos processos de planejamento e de análise das políticas públicas no modelo de Estado democrático e participativo, não é possível aceitar a fórmula do técnico planejador distante de outros atores sociais. O planejador e o analista do campo da Análise de Políticas são atores ativos nas relações de poder e participantes dos processos públicos de discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, a teoria mostra a viabilidade de análise comprometida com processos societais e cognitivos que são provocadores de conflitos ideológicos e científicos, que poderão, como tese, levar a um processo de democratização da Sociedade e do Estado brasileiro, quando há a participação de diversos atores para a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas.

Essa situação leva à necessidade de compreensão do sentido da política. Para tanto, apresento os três significados de política e a sua relevância, embasados por Roth-Deubel (2006, p. 25–26). O primeiro concerne ao sentido de luta e de atividade organizativa ligada ao controle de poder,

então a escrita é *politics*. O segundo significado está ligado aos propósitos e programas públicos, sendo nomeado de *policy*. Por fim, a *polity* é concebida como a ação de governo e das sociedades humanas. Essa distinção é relevante para a clareza dos sentidos das políticas públicas em dois aspectos: primeiro para pensar a organização das políticas públicas, da necessidade de participação e das disputas que ocorrem na definição dos objetivos, das metas, da alocação de recursos e nas decisões a serem tomadas. Ademais, essa distinção é geradora da clareza de que a ciência assim como o Estado e, portanto, a política, não são neutras, mas resultantes de interrelações que ocorrem entre os atores e da sua capacidade propositiva. A segunda guia para o cenário que as *policy* são resultantes da *politics*, por isso das relações e dos conflitos entre os atores sociais na construção das políticas públicas. Por isso mesmo, a *polity* é configurada como consequência da participação ou da abstenção de determinados atores sociais. Acrescento que a participação ou abstenção dos atores favorece a tomada de decisões numa determinada direção política, o que significa a não tomada de decisão na direção oposta, sendo, então, favorecedora de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Bem, numa sociedade de classes sociais e, consequentemente de desigualdade social, o cenário de elaboração das *policy* é um processo de reafirmação e reprodução social das estruturas sociais excludentes ou um processo de *politics* para induzir a *polity* para as ações de governo que possam induzir as transformações sociais.

Para uma compreensão mais ampla da questão das políticas, interpreto os escritos de Dagnino (2002, p. 10-11), explicitando as diversas visões sobre o processo de Análise de Políticas: a pluralista, a elitista, a marxista e a corporativista. A concepção elitista é resultante do exercício do poder "por um pequeno número de bem organizados interesses societais e a habilidade dos mesmos para alcançar seus objetivos". Avalio que a visão elitista caracteriza melhor todos os tempos e os quinhentos anos da construção do Estado brasileiro

A visão pluralista afirma a existência de "um grande espectro de grupos de pressão dotados de poder diferenciado nas diversas áreas onde se conformam as políticas públicas (embora nenhum possa ser considerado dominante) sendo estas um resultado das preferências destes grupos sociais". Avalio que se pode inferir que o Estado brasileiro, a partir da constituição de 1988, está sendo gerido pela concepção de política pública presente na concepção pluralista. Os processos participativos geram espaços no Esta-

do e nas metodologias adotadas, que tentam demonstrar a possibilidade de participação e de inserção dos cidadãos nas resoluções decisórias que induzem as ações de governo. Os espaços criados nos últimos anos representam um processo cognitivo e político importante para a democratização do Estado e da sociedade. Essa conclusão, quando defrontada com uma visão de sociedade amplamente democrática, terá limites importantes de ser considerada tão relevante. Ela ganha um grau maior de relevância quando comparada aos processos políticos institucionais e sociais elitistas que configuram a história da sociedade brasileira.

Dito dessa forma, a interpretação marxista do Estado ganha relevância para a compreensão dos limites do pluralismo, ao serem verificadas as estruturas de poder político que são fortemente vinculadas aos processos de constituição das relações econômicas da sociedade. A "visão marxista aponta a influência dos interesses econômicos na ação política e vê o Estado como importante meio para a manutenção do predomínio de uma classe social particular". Essa definição poderá fazer com que se tenha a necessidade de compreender as influências que os grupos econômicos, fortemente organizados, exercem sobre o poder de Estado. Essa organização nas decisões do executivo, na tomada de decisões em diversos ministérios e no legislativo é pouco discutida. O judiciário, por sua vez, pela sua atmosfera aparente de neutralidade, é o local público de maior resistência aos grupos sociais dominantes e de menor visibilidade para a proposição democratizante da Sociedade e do Estado brasileiros. A visão marxista, então, chama para a percepção das contradições dos processos de elaboração da Análise das Políticas.

No que concerne à visão corporativista, tem-se que ela propõe que os interesses de diversos "grupos de pressão (organizações de trabalhadores e patrões), passam a ser integrados no Estado". Isso é a afirmação da relevância do Estado como mediador dos conflitos entre interesses sociais distintos e, dirimindo os conflitos, ele é capaz de preservar os objetivos universais e alongá-los no tempo, não permitindo a destruição das instituições e das relações sociais consideradas como legítimas para a reprodução social das relações sociais.

Esse cenário conceitual, associado às proposições desenvolvidas por Dagnino (2008), que discute a questão da ciência e da tecnologia a partir da ciência e tecnologia e da sociedade, possibilita interpretar os caminhos para a efetivação de uma política para a economia solidária. O enfoque na ciência e tecnologia tem duas correntes de interpretação: a primeira

caracteriza-se pela sua concepção de neutralidade e está centrada na comunidade de pesquisa como ator principal na definição das políticas de ciência e tecnologia. O princípio do universalismo que sustenta essa corrente traduz a ideia de que todo conhecimento é aplicável de igual forma para todos. No foco da ciência e tecnologia está ainda a corrente do determinismo tecnológico, orientada pela matriz do marxismo ortodoxo, e que carrega a ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas levará de forma linear e automática para a superação do capitalismo e a consolidação do socialismo. Ademais, está embasada numa leitura de sociedade formada por classes sociais, mas tem a perspectiva que os trabalhadores irão se apropriar da ciência e da tecnologia no dia em que a revolução socialista acontecer.

Continuando a sua reflexão, o autor desenvolve o pensamento que centra a ciência e a tecnologia na sociedade, sendo que este tem como centralidade interpretativa a conexão do processo de construção da ciência com os contextos socioculturais. Nesse sentido, apresentam-se duas correntes interpretativas, chamadas de *tese fraca da não-neutralidade* e *tese forte da não-neutralidade*. A primeira abarca a escola denominada de *construtivismo*, ou ainda da construção sociotécnica, e considera que os atores participam dos processos de construção da ciência e da tecnologia. Há, então, uma interação entre esses atores na construção da ciência e da tecnologia. A C&T é percebida como um processo inserido nos contextos culturais, e é influenciada pela linguagem, pelos gestos dos atores que configuram determinados conhecimentos e pelos artefatos que se formam nas relações. Essa abordagem tem forte influência dos Estudos Antropológicos e da Etnologia, e visa compreender o sentido que os indivíduos atribuem às ações. A *tese forte da não-neutralidade*, por sua vez, interpreta criticamente o desenvolvimento da C&T e demonstra a vinculação desta com o modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, as ciências e as tecnologias modernas são frutos do capitalismo, que capturou o sistema de conhecimento e de artefatos para aplicar na produção e empoderar os proprietários dos meios de produção, criando um sistema social de domínio do capitalista sobre os trabalhadores.

Com base nessas interpretações e considerando que o ator movimentos sociais não está na centralidade dos debates das políticas públicas, Dagnino apresenta como modelo cognitivo alternativo a *teoria da adequação sociotécnica*. Através desta propõe, com base na teoria social crítica e na teoria da construção sociotécnica, a elaboração de referenciais que visu-

alizam a construção da C&T tendo como parâmetro a estrutura da sociedade formada por classes sociais. Há a compreensão de que os contextos da C&T expressam interesses diversos e contraditórios. Dagnino, assim, defende uma visão não-determinista e não-neutra da ciência e da tecnologia. Nesses termos, a teoria da adequação sociotécnica constrói uma forma diferenciada de compreensão da C&T que tem implicações relevantes para a configuração da Política Científica e Tecnológica (PCT).

O autor introduz a necessidade de considerar atores sociais que historicamente estavam, e em determinadas políticas ainda estão, à margem da agenda da PCT , que são os movimentos sociais, que são definidos como os atores que representam o povo, isto é, aqueles que se tornam atores a partir da inserção nas relações de produção da C&T, do controle dos meios de produção como propriedade coletiva, da construção colaborativa das tecnologias sociais, da formação de redes de cooperação social e de processos políticos participativos. Essas características necessitam de uma C&T que esteja em acordo com as diversidades dos grupos sociais. Dessa forma, não é possível criar e desenvolver a C&T de forma unidirecional, mas sim em um movimento de construção e desconstrução contínua para adequar-se aos contextos nos quais ela é recriada e readequada.

Embasado nos conceitos aqui expressos, irei apresentar e discutir o processo gerador da institucionalização da política de socioeconomia solidária do Estado de Mato Grosso.

Da concepção geral do processo de elaboração e proposição

Em meados de 2003, iniciou-se um processo no Estado do Mato Grosso de aprofundamento das discussões, ampliando os campos de abrangência e de inserção dos atores dos movimentos sociais na construção da socioeconomia solidária[1]. Nas ambiências que implicaram sujeitos de vários matizes profissionais, territoriais e culturais, constituíram-se ações,

1 Há no título deste texto e está expresso na lei estadual a expressão “economia popular solidária”. No desenvolvimento do ensaio, usaremos a expressão socioeconomia solidária. Esse é o termo que usamos nos trabalhos de pesquisa, de ensino e de extensão na Universidade do Estado de Mato Grosso no Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, na INCUBEESS – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis e na interação com os movimentos e os grupos sociais que participam do movimento da economia solidária. Não faço distinção entre os dois termos, porque compreendo que se a economia solidária não for popular ela deixa de ser uma economia solidária e, por conseguinte, ela não atinge e não incorpora a diversidade cultural dos grupos que formam a sociedade brasileira e latino-americana.

debates em eventos e elaborações teóricas que configuram um saber e uma necessidade de avançar nos conhecimentos e nas práticas dos atores que estão implicados na construção da socioeconomia solidária. Nesses termos e agregando vontades e formas problematizadoras diversas, foi instituído um processo participativo denominado de "jornada estadual", que tinha como propósito a mobilização de sujeitos e atores sociais para debater, elaborar, encaminhar e aprovar políticas públicas para a socioeconomia solidária a ser implantada no Estado de Mato Grosso.

Para a consecução dessa finalidade maior, foram estabelecidos objetivos que agregassem os atores para debater com a sociedade matogrossense o significado e os procedimentos para a institucionalização de políticas públicas. Para tanto, percebia-se a necessidade de evidenciar os conceitos e as práticas sociais relativas ao campo societal e epistemológico da socioeconomia solidária. No processo de discussão, os atores participantes eram convidados, ou melhor, instigados a apresentar, discutir e fazer sugestões sobre a lei de economia solidária. Para alcançar a finalidade proposta, foram mobilizados movimentos sociais, empreendimentos econômicos solidários, organizações não governamentais, comunidade de pesquisa, escolas de ensino médio e fundamental, associações comunitárias e órgãos públicos que têm correspondência com o debate e a gestão da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso.

Compreendo que a realização da jornada estadual para a discussão e a implantação da política estadual de socioeconomia solidária de forma participativa tem significações e relevâncias na perspectiva da política e da pedagogia. No sentido da política, ela representa uma iniciativa que tem na politização dos processos instituintes de políticas públicas a geração de possibilidades de compreensão dos procedimentos tanto da proposição e aprovação quanto do acompanhamento e avaliação dessas políticas, no sentido da confecção dos orçamentos, na aplicação do dinheiro público, na análise dos resultados, no reencaminhamento e aprofundamento das ações públicas para atender diretamente os grupos sociais para a promoção do desenvolvimento integral do ser humano e dos contextos socioculturais, educacionais, ecológicos e econômicos.

Nessa perspectiva, a politização tem um significado importante, porque traduz a compreensão dos espaços e dos tempos que formam os procedimentos e os sentidos das relações que são estabelecidas entre os diversos grupos sociais que se colocam em disputa para a conquista de recursos, de meios, de promoção tecnológica para a configuração de um modo de

desenvolvimento social e econômico adequado no atendimento de determinadas necessidades.

Esta ideia nos leva para a segunda proposição de relevância que é o aspecto pedagógico do processo de discussão da política pública para a socioeconomia solidária. O debate participativo de uma lei para a economia solidária e os desdobramentos que desta decorrem não devem cair no vazio da aprendizagem, portanto a política não se constitui por um ato mecânico de institucionalização. É fundamentalmente um processo pedagógico, isto é, deve ser gerador de relações sociais que tenham na atitude da pergunta, da curiosidade, da busca, da participação, da proposição e do envolvimento comprometido a definição das metodologias e dos processos que orientam as ações dos sujeitos que buscam e se dedicam a construir as políticas públicas para a socioeconomia solidária.

Nesse sentido, o pedagógico terá um significado especial, pois representa o empenho de construção de metodologias, de conceitos e de valores ético-filosóficos para a constituição de configurações sociais que tenham, na formação social da solidariedade, da cooperação e da sustentabilidade, princípios fundantes para a geração de novas sociabilidades. Penso na humanização do infra-humano, conforme demonstra Arruda (2003), e, nessa perspectiva teórica, na economia que, por ser solidária, não é somente uma resposta aos problemas imediatos dos empobrecidos, como a fome, o desemprego, a violência, a educação alienante, a cultura massificadora, a exploração e a dominação. Mas, ela visa "contribuir para a edificação de um novo paradigma civilizatório" (ARRUDA, 2003, p. 19), e é por essa razão que a socioeconomia solidária deve estar atenta e gerar respostas aos problemas elencados.

Assim, a jornada estadual se constituiu enquanto um caminhar que provocou a ampliação e o aprofundamento dos participantes do movimento da socioeconomia solidária para a construção de referenciais teóricos e metodológicos, de práticas sociais, da promoção de espaços para a formação para a socioeconomia solidária, para a constituição de empreendimentos econômicos solidários, para a configuração de redes de colaboração solidária, para a adoção e o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à promoção da economia, da cultura e da educação oriunda da diversidade dos grupos sociais e dos ambientes ecológicos que formam os diferentes ecossistemas no Estado de Mato Grosso. Nesse sentido, o desafio de concretização da socioeconomia solidária em um estado que se caracteriza por ser diverso culturalmente e desigual socialmente é mui-

to grande. Por isso, há a necessidade da institucionalização de políticas públicas promovidas, acompanhadas, avaliadas e reencaminhadas pelo movimento da economia solidária.

Da origem da proposta e dos atores proponentes

Para explicitar a origem da proposta e dos atores proponentes, volto-me para a construção de uma ambiência que considero relevante no Estado de Mato Grosso. Inicio a exposição com a configuração do espaço na Universidade do Estado de Mato Grosso e como ocorreu a interação e o diálogo da comunidade de pesquisa com os movimentos sociais, para a elaboração e a proposição de uma percepção de ciência e de tecnologia, e, ainda, do desenho de um espaço institucional para que pudesse ocorrer o reconhecimento das vozes e das práticas dos diversos atores. É imperioso compreender se a universidade, mais especificamente a comunidade de pesquisa e os atores dos movimentos sociais e dos grupos sociais, pode configurar um "conhecimento prudente" para uma "vida decente", como indicou Sousa Santos (2000). Conhecimento este que requer a crítica radical ao paradigma da ciência moderna e a construção de um processo paradigmático que tenha na sua raiz, tanto para a prática quanto para as atitudes reflexivas, a perspectiva emancipatória do ser humano das condições históricas de escravização e de dominação. A prudência em Sousa Santos é um chamamento para a configuração de um paradigma científico e tecnológico que responda aos desafios libertários da humanidade, do "conhecimento-reconhecimento" (SOUSA SANTOS, 2000, p. 30) que é a possibilidade da construção de relações sociais solidárias.

Para compreender a diversidade de ações, demonstro a construção e o significado do Programa Institucional de Educação e Socioeconomia Solidária (PIESES), da Rede Matogrossense de Educação e Socioeconomia Solidária (REMSOL) e o Encontro Matogrossense de Educação e Socioeconomia Solidária (EMESOL). Dessas três formas de organização, o primeiro momento é a situação em que o olhar se lança para a comunidade de pesquisa e se indaga sobre a ciência e o processo de organização desse espaço. O outro momento é o olhar para a sociedade e vislumbra uma rede que é mobilizadora dos atores sociais para a construção de estruturas e relações sociais para a solidariedade. O terceiro momento é o do encontro dialógico e dialético entre a comunidade de pesquisa e os atores sociais.

O que é o PIESES? A Universidade do Estado de Mato Grosso é uma Instituição de Ensino Superior que tem uma estrutura organizacional multicampi. Essa estrutura permite que ela esteja inserida em quase todas as regiões do Estado de Mato Grosso, abrangendo, com isso, a diversidade biológica de três grandes ecossistemas: o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. Além dessa abrangência, encontra-se nesse território uma grande diversidade cultural, que é formada por diversos grupos socioculturais que têm origens e presenças que expressam não só as diferenças sociais e culturais, mas também as desigualdades sociais. Destaco alguns grupos para ilustrar a diversidade. O território a que me refiro é configurado por: grupos sociais formados por indígenas, sendo trinta e oito etnias em Mato Grosso; grupos de quilombolas organizados em comunidades em situações sociais muitas vezes adversas, mas que estão em processo de reconhecimento das suas terras e da sua identidade linguística, comunal, religiosa; comunidades ribeirinhas e assentamentos originários de agricultores que preservam uma relação profunda com natureza; grupos extrativistas, que têm na natureza uma fonte de riqueza e a percebem como produtiva; migrantes de origens diversas, como sulistas e nordestinos, e entre estes os que são os proprietários e os que são assalariados, sendo que entre os proprietários há aqueles que promoveram a exploração das florestas, instalando as serrarias e transformando as árvores em matéria-prima, e aqueles que transformaram a "terra livre" em "terra cativa" (MARTINS, 1993) para o boi, para a soja e a cana de açúcar, promovendo o agronegócio e a política de exportação e da dependência econômica. Entre os migrantes estão ainda os assalariados que se tornaram força de trabalho da indústria madeireira, da terra do agronegócio, da construção civil e da exploração mineral, muitas vezes tornando-se escravos modernos da superexploração do trabalho nas fazendas das terras sem lei. Ademais, há os desempregados, sem-terra, sem-tetos e retirantes. Mas, existem também os indivíduos que lutam pela emancipação social do ser humano. É por esse motivo que podemos afirmar que, além da diversidade, encontra-se a desigualdade, a condição da luta de classes sociais: daqueles que são proprietários dos meios de produção e dos que na sua condição de trabalhadores/as vivem da sua situação de trabalho.

A questão a ser colocada versa sobre a possibilidade de compreensão desse quadro social diverso e contraditório, daí o papel da explicação científica da realidade. Considerando que a ciência não é neutra e associando-a ao movimento explicativo, fomos levados, na Unemat, ao caminho

da construção de uma organização institucional que pudesse corresponder aos objetivos de inserção da comunidade de pesquisa num meio socioeconômico e cultural que traduz a necessidade da transformação das estruturas e das relações sociais excludentes. O PIESES é a organização que se volta para o paradigma de ciência e de tecnologia, sendo comprometido com a construção de um modo de desenvolvimento social e econômico que se embasa nos princípios da solidariedade e da sustentabilidade. Correspondendo à estrutura multicampi da Universidade do Estado de Mato Grosso, o PIESES se inseriu nos *campi* universitários através de núcleos de pesquisa, de ensino e de extensão, das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis e dos grupos de pesquisa. Nesse sentido, a organização acadêmica tem uma configuração diversa, pois se constitui a partir da realidade socioeconômica do território e da composição da comunidade de pesquisa. Assim está expresso no documento que aprova o programa:

> O *Programa de Educação e Socioeconomia Solidária* tem como perspectiva implantar processos de investigação, de ensino, de extensão e de formação com grupos sociais determinados, para compreender as concepções e as práticas no campo da solidariedade e da sustentabilidade, visando a implementação de organizações e de empreendimentos solidários para a geração e distribuição de renda e a aprendizagem de saberes cooperativos, participativos e ecológicos visando a integração e inclusão social e ambiental. Os processos de construção de saberes e de instituições são complementares entre a solidariedade e a sustentabilidade e se constituem dialógicos entre a Universidade e a Sociedade. (CONEPE[2], 2006).

A comunidade de pesquisa é heterogênea e possui interesses políticos em relação à ciência que tem direções múltiplas e, em muitas oportunidades, contraditórias, porque esses interesses estão associados a atores sociais diversos e contraditórios. Assim, teve-se como finalidade preparar a comunidade de pesquisa, que adjetivo de engajada, para que pudesse desenvolver ações de pesquisa, de ensino e de extensão que envolvesse grupos sociais na construção do conhecimento e na organização social que tem como finalidade a sociedade solidária. Ter como interlocutores os grupos sociais dominados e explorados e propor-lhes a construção de

2 CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

referenciais teóricos e metodológicos para a edificação de um conhecimento prudente é um desafio que tem pesos epistemológicos e sociais muito significativos. O peso epistemológico reside na necessidade de questionamento da ciência moderna, enquanto paradigma hegemônico, e na possibilidade de construir um processo epistemológico que legitime uma cultura científica autêntica, inserida e comprometida com os grupos sociais empobrecidos e direcionada à emancipação social. O peso social é a capacidade de diálogo entre a comunidade de pesquisa engajada e os atores dos grupos sociais empobrecidos. A dialogicidade presente nesse caminhar traduz a busca da abertura para a interação de saberes que são concebidos e percebidos como diferentes e complementares e não estabelecidos como hierarquicamente desiguais. Essa relação representa uma aprendizagem para dentro da universidade e para dentro dos grupos e dos movimentos sociais. É um processo pelo qual os modelos cognitivos são postos em perspectivas avaliativas e os atores participantes se obrigam a, além de dar passos que os fazem avançar no caminho, procurar uma sombra e se dedicar à reflexão sobre a sua forma de pensar e de agir.

Associado ao processo reflexivo, o PIESES, por ter também a ação e a interação como finalidade, traz no seu escopo a seguinte definição:

> O *Programa de Educação e Socioeconomia Solidária* se embasa numa visão sistêmica da sociedade e das relações sociais que nela se estabelecem. Esta perspectiva nos obriga a olharmos além de um ponto específico da realidade e verificarmos como diversas dimensões se entrelaçam e se entrecruzam formando um todo complexo. Este é um paradigma que surgiu recentemente nas ciências e nos orienta a remodelarmos o nosso pensamento. Se isto se constitui um desafio na construção do conhecimento, maior ele se faz na constituição de políticas públicas. Mas é um desafio que deve ser enfrentado e isto por duas razões. Primeiro, enquanto paradigma epistemológico moderno, já são conhecidos os resultantes dos conhecimentos reducionistas e fragmentários. Segundo, porque este mesmo reducionismo aplicado nas políticas públicas tem causado mais frustração do que conseguido gerar respostas satisfatórias para os sujeitos sociais para os quais se dirigem as ações públicas (CONEPE, 2006).

Desse modo, além do olhar para a comunidade de pesquisa também lanço o olhar para a sociedade e questiono sobre a necessidade e a possibilidade de mobilização e de organização para enfrentar processos de

elaboração e implantação de programas e projetos que tornem viáveis a educação e a socioeconomia solidária. Essa problematização é necessária, porque compreendo que a universidade isolada não é capaz de efetivar um pensamento que represente ações socioeconômicas que são contra-hegemônicas. Além de não ser capaz, para a comunidade de pesquisa engajada a autodefinição, o trabalho autoreferenciado da universidade não é desejável. Foi na perspectiva de ampliar o campo de ação e no diálogo de atores da comunidade de pesquisa e de atores dos movimentos sociais que surge a REMSOL. Essa perspectiva organizativa surgiu em agosto de 2003, em torno de uma ideia que agregasse e associasse os diversos atores do movimento de economia solidária de forma democrática, participativa e pluralista, com capacidade de criticar as realidades sociais existentes e que fosse ao mesmo tempo propositiva. A REMSOL é um esforço dialógico para abranger e agregar organizações dos/as trabalhadores/as em torno da temática da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso.

Participam dessa organização atores sociais vinculados aos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, Organizações não-governamentais, Sindicatos, Federação de Sindicatos, Centrais Sindicais, Organizações Sociais, Movimentos Sociais e Instituições de Ensino que têm compromissos com a construção filosófica, política, econômica, cultural e educacional da sociedade solidária, que está embasada na ética da cooperação, da interação, da colaboração e da sustentabilidade. Como exemplos de entidades e movimentos sociais que participam da rede podemos citar: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres e de Lucas do Rio Verde, Núcleo UNEMAT-UNITRABLHO, INCUBESS - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès, Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Colônia dos Pescadores Z2 de Cáceres, grupos informais e cooperativas como: Sonho de Rose, COOPESCARSTS, COOTRAMI, Grupo Raio de Sol, Comunidade Novo Oriente, Amigas da Fronteira, Comunidade de Luzia do Retiro, AMANT e a REDESOL. Essas entidades são somente uma amostragem do significado da rede na mobilização dos/as trabalhadores/as para a construção da socioeconomia solidária.

A partir desta mobilização, a REMSOL[3] definiu seus objetivos, os quais classifico neste artigo em três campos distintos, mas complementares, que formam o contexto da construção social da socioeconomia solidária. O primeiro conjunto de objetivos relaciona-se à questão da ciência, o segundo está ligado à questão da mobilização política e o terceiro ao processo cultural.

a) No campo da promoção do conhecimento prudente e da pertinência social:

> I - Constituir espaços e tempos interinstitucionais para desenvolver reflexões e ações sobre a Educação e a Socioeconomia Solidária, tendo como finalidade a promoção da pesquisa, do ensino, da extensão e de políticas públicas, construídas num processo inter-relacional entre as Instituições de Ensino Superior, as Organizações Econômicas, Sociais e Políticas dos/as Trabalhadores/as, Organizações Não-Governamentais que tenham como fundamento a geração e distribuição de renda e a promoção de saberes cooperativos e sustentáveis;
>
> III – fomentar o diálogo entre saberes distintos e complementares, isto é, as ciências e os conhecimentos populares;

b) No campo da ação política para a mobilização e a organização dos/as trabalhadores/as:

> II - promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa nos princípios da Educação e Socioeconômica Solidária;
>
> IV - defender os interesses comuns de suas associadas;
>
> VII - Desenvolver políticas de fomento para a mobilização e a organização dos/as trabalhadores/as capacitando-os para a obtenção da consciência crítica e organizativa;
>
> VIII - Propor a aprovação e a execução de políticas públicas, discutidas e avalizadas pelo coletivo, que tenham como orientação o

3 As informações destacadas são tiradas do projeto que forma a REMSOL.

atendimento e a promoção social das organizações, tendo como finalidade a inclusão social e a autonomia dos/as trabalhadores/as;

c) No campo da diversidade cultural, incentivando práticas sociais que reconhecem as identidades dos grupos socioculturais.

V - estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento solidário e sustentável;

VI - combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;

IX - Interação dos movimentos sociais, entidades de classe, instituições de estado para a formação de uma rede de colaboração solidária no Estado de Mato Grosso;

Além dos objetivos, consideramos importante apresentar as respostas que precisam ser construídas e que são lançadas como horizonte para o movimento da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso. Agrupamos o conjunto de resultados a serem alcançados em três subconjuntos: o campo econômico, o político e o educacional.

a) No campo econômico:

1 - Organização e desenvolvimento de empreendimentos solidários e sustentáveis;

2 - Capacitação dos/as trabalhadores/as para a gestão de práticas sociais, econômicas, políticas e ecológicas solidárias e sustentáveis;

3 - Habilitação de profissionais para o desenvolvimento de projetos de inclusão social, econômica, política, ambiental;

9 - Propostas de atuação interinstitucional para a efetivação de programas que promovam a geração e distribuição de renda;

b) No campo político:

4 - Políticas Públicas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as – quanto crédito, infraestrutura, saúde, educação, tecnologia;
8 - Participação dos grupos sociais na elaboração, execução e avaliação de políticas coletivas e públicas de promoção de ações cooperativas e sustentáveis;
10 - Rede de instituições, entidades, organizações que trabalham para compreender, desenvolver e consolidar a sociedade solidária e sustentável;
11 - Mobilização dos/as trabalhadores/as para a concretização do projeto societal e epistemológico caracterizado pela solidariedade e pela sustentabilidade;

c) No campo educacional:
5 - Educação Solidária que apreenda e pratique teorias, epistemologias, didáticas, metodologias, que difundem conhecimentos que simbolizam a cooperação e a sustentabilidade;
6 - Saberes que absorvem e ampliam a competência dos/as trabalhadores/as, quanto à administração coletiva de empreendimentos solidários (autogestão), análise de conjuntura, produção e comercialização, saberes ecológicos, formação política, etc.;
7 - Investigações que demonstram a concepção e as práticas dos/as trabalhadores/as nas relações sociais cotidianas e históricas nas múltiplas perspectivas sociais nas quais estão envoltas.

Os objetivos, os fundamentos da educação e da socioeconomia solidária e as estratégias organizacionais são discutidas, elaboradas, aprovadas e implantadas a partir do EMESOL. Os encontros têm relevância social porque são mobilizadores de diversos atores sociais e entidades para a reflexão sobre as práticas desenvolvidas no campo de conhecimentos, de políticas públicas e da organização dos/as trabalhadores/as que traduzem processos constituintes da transformação dos contextos sociais geradores da pobreza econômica, política, educacional e ambiental.

Para a realização dos encontros, diversas entidades sindicais, organizações não-governamentais, movimentos sociais e órgãos governamentais são mobilizados para gerar uma ambiência participativa e propositi-

va, avaliando, corrigindo e ampliando os conceitos e as ações dos atores na socioeconomia solidária. Os encontros têm como finalidade, portanto, a dinâmica geradora das relações necessárias para a reflexão sobre as práticas existentes, constituindo-se na capacidade mobilizadora do diálogo entre os agentes atuantes no campo das temáticas da educação e da socioeconomia solidária com o objetivo de formar redes interativas para potencializar as práticas societais e epistemológicas transformadoras.

Nesse sentido é que o EMESOL se tornou uma estratégia de interação dos atores sociais ligados aos movimentos sociais, das entidades, como universidades, organizações não-governamentais e gestores públicos, que traduzem a historicidade e os desafios das atividades que são desenvolvidas pelos sujeitos sociais envolvidos. Em cada debate há sempre a possibilidade de ampliar e aprofundar a compreensão sobre a socioeconomia solidária, bem como articular as ações para potencializar as competências políticas transformadoras. Acreditamos que a mobilização sistêmica dos diversos agentes envolvidos nas práticas e nas políticas da socioeconomia solidária é uma caminhada significativa de empoderamento dos atores e dos agentes que se dedicam aos processos transformadores.

É na linha da crítica e das ações reflexivas em relação às estruturas e às relações sociais, ao tipo de ciência predominante na sociedade, às necessidades e desejos dos atores sociais participantes do movimento da socioeconomia solidária, que ocorre dentro da universidade e se aprofunda para o interior dos movimentos sociais, que os diversos atores articulados avaliaram a necessidade de propor, encaminhar e aprovar a lei estadual de economia solidária. A lei, como instrumento para implantar a política estadual de fomento à economia solidária, é uma construção coletiva, fruto das reflexões da comunidade de pesquisa e dos participantes nos movimentos sociais e dos sujeitos sociais envolvidos nas atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários e nas atividades de formação política e técnica de trabalhadores/as vinculados aos programas de extensão universitária.

Com esse desenho interinstitucional e com a participação de diversos atores, foi possível a apresentação da lei na Assembleia Legislativa no Estado de Mato Grosso. Esta teve como proponente o deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores Alexandre César[4]. No processo de discus-

4 Antes da versão aprovada na Assembleia Legislativa, tivemos uma primeira tentativa com o Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores Ságuas de Moraes (que assumiu no período das discussões do projeto de lei a Secretário de Estado de Educação), versão que, apesar de aprovada no poder

são da lei, além das atividades acima descritas, foram realizadas quatro audiências públicas nas quais foram feitos os chamamentos da sociedade em geral e dos atores do movimento da economia solidária em particular para o debate das proposições feitas. As audiências foram feitas em Cáceres, em Tangará da Serra, em Sinop e em Cuiabá, e se constituíram enquanto um espaço oficial, organizadas a partir do Estado, do poder legislativo, que gestou um processo de mobilização e de sensibilização de atores dos poderes públicos, destacando a relevância da socioeconomia solidária para a inserção de grande parcela dos/as trabalhadores/as na economia, na educação, nos processos formativos, na produção da ciência e da tecnologia, que devem ser fundantes de estruturas e de relações sociais solidárias. Para fundamentar as discussões, foram realizados processos de diálogo com os atores do movimento da socioeconomia solidária, os quais apresento a seguir.

Pressupostos políticos e pedagógicos

Quando as organizações sociais, as entidades públicas e as organizações não-governamentais iniciaram o processo, que denomino de político-pedagógico, para debater os caminhos e a mobilidade necessária para instituir a socioeconomia solidária como política pública, objetivaram a constituição de um modo de desenvolvimento sustentável e solidário para Mato Grosso. Nesse sentido, os atores sociais, ao proporem a socioeconomia solidária como política pública, demonstram os desafios e as necessidades de instituir práticas sociais que têm implicações em diferentes campos de ação, como: a) a capacitação de agentes de socioeconomia solidária para compreender os conceitos, os processos históricos e sociais constituintes das relações sociais solidárias e sustentáveis; b) a mobilização da sociedade e lideranças sociais, comunitárias, sindicais, eclesiais e universitárias para a elaboração, o encaminhamento, o acompanhamento e a avaliação da política pública de socioeconomia solidária; c) a reflexão e a socialização de experiências de socioeconomia solidária, constituin-

legislativo, foi vetada pelo poder executivo, no período da realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária. O poder executivo alegou vícios de constitucionalidade. Retomado o processo e a lei, o movimento da economia solidária se mobilizou para que o governador do Estado de Mato Grosso sancionasse a lei – ato ocorrido em 17 de julho de 2007. A lei 8.936 institui a política estadual de fomento à economia popular solidária. Com esse ato, inicia-se a necessidade de aprofundar a mobilização para que a política estadual de economia solidária possa ser efetivamente implantada.

do redes de colaboração solidária; d) a viabilização dos empreendimentos econômicos solidários em termos sociopolíticos, econômico-culturais e ambientais inserindo-os na participação ativa nos contextos local, regional e nacional; e) o encaminhamento de processos permanentes para a mobilização instituinte das iniciativas populares e da democracia popular.

Nesse contexto, discutir políticas públicas para a socioeconomia solidária representa uma caminhada que tem como referência a politização dos grupos sociais e do movimento de economia solidária para a geração de alternativas populares para a criação de meios de implementação de ações coletivas que se traduzem na capacitação dos/as trabalhadores/as para a produção coletiva, a organização do trabalho e do consumo que atenda ao coletivo e que tenham como forma de conhecer, a consciência que se embasa nos princípios da solidariedade (cuidado com os humanos) e da sustentabilidade (cuidado com a natureza).

Nesse direcionamento, a política pública de socioeconomia solidária e as ações decorrentes têm como referenciais a mobilização e a capacitação de atores sociais para e da socioeconomia solidária, tendo como orientação a metodologia que se traduz com os seguintes pressupostos fundantes:

a) A aprendizagem: a política pública de socioeconomia solidária e, por conseguinte, todo o processo decorrente, deve provocar os atores participantes para a compreensão do significado da solidariedade, da cooperação e da sustentabilidade. Deve apresentar as alternativas organizacionais, gnosiológicas (conhecimento), produtivas e culturais para a afirmação emancipatória dos grupos sociais dominados, gerando alternativas econômicas, políticas, educacionais e culturais. Nesses termos, podemos perceber que a socioeconomia solidária conduz para uma formação social que não está em consonância com as diretrizes da sociedade hegemônica, a saber: a valorização da concorrência e da competividade como formas de traduzir a existência e as relações humanas. Por ser contra-hegemônica, no sentido empregado por Gramsci (1978), a educação tem um sentido fundante essencial, porque é o processo de reflexão sobre as estruturas econômicas e políticas, sobre as relações humanas e a produção de subjetividades, sobre a alienação e as formas de educação crítica, sendo capaz de gerar o “intelectual orgânico” para a classe trabalhadora.

A educação tem uma base de mobilização da intelectualidade[5] que reflete sobre a ação e que, nessa reflexão, busca formas diferenciadas de ação ou o seu aprofundamento. É, portanto, na práxis que o ser humano se faz na sua integralidade. Aqui, temos expressado um problema da ontologia social que não explica o indivíduo como um ser isolado, mas compreende o humano, que se faz humano nas diversas relações que estabelece com outros humanos. É por isso que a compreensão da cooperação e da solidariedade como princípios fundantes é orientadora de processos educacionais, sendo denominada de "omnilateralidade" e "omnidimensionalidade" (ARRUDA, 2003, p. 41). E isso porque é através desses princípios que se apreende o humano na sua totalidade e se compreende como ele se constitui por meio das múltiplas dimensões que o envolvem: o econômico, o cultural, o político, o educacional, etc.

b) A participação: a democracia é compreendida, nesse contexto, como uma organização social que deve ir além dos princípios e das formalidades dos regimes políticos que se embasam nas ações restritas da observação e do protesto. O protesto considero necessário, mas ele tem um sentido que deve ser complementado pela proposição. A democracia propositiva é essencialmente participativa e tem como orientação a superação dos modelos, das estruturas e das ações sociais dominantes e excludentes, geradoras do absenteísmo político e da pobreza econômica. É assim que a democracia ganha uma configuração social que requer a inscrição direta dos sujeitos sociais não individualmente, mas através de suas organizações e dos processos sociais mobilizadores e organizadores. A democracia não corresponde, portanto, a um ato voluntário e instantâneo, mas está implicado na organização e movimentação social e epistemológica que é geradora de atitudes críticas.

Dessa forma, corroboro com a perspectiva de Demo (1999) no que concerne ao fato de que a participação deve ser uma conquista das classes populares e não uma ação das classes dominantes e dirigentes. Essa assertiva implica que a democracia seja resultante da mobilização popular e democrática e, a partir dela, supere a pobreza. Demo (1999) discute duas dimensões fundantes das desigualdades sociais: a "pobreza econômica" e a "pobreza política". A primeira é mais conhecida e reconhecida, porque a exclusão e a desigualdade social do Brasil são das mais acentuadas do mundo. A pobreza política, por sua vez, é a expressão do absenteísmo, do

5 Emprego esse conceito na perspectiva de Gramsci (1978), quando afirma que todos os "homens são filósofos", portanto toda atividade humana é intelectual.

distanciamento de grande parcela da população da política, o que na história brasileira é uma construção muito recente no sentido do exercício da democracia. A pobreza econômica e política são complementares, pois a não participação política é geradora de uma ambiência de alienação, de não compreensão das relações de poder e das estruturas socioeconômicas que geram as desigualdades. A participação carrega uma dimensão de utopia, na direção de ser superadora das estruturas sociais excludentes, portanto da possibilidade de construção de novos ambientes socioeconômicos, que para o contexto dessa reflexão são solidários e de cooperação. É por isso que a dimensão da autopromoção do sujeito, da passagem de um indivíduo quietado pela cultura autoritária para uma relação dialógica que eleva a capacidade do sujeito tornar-se um participante ativo e propositivo no coletivo autogestionário.

c) A socioeducativa: o não fazer para, mas o fazer com, representa uma atitude política que deve se contrapor à historicidade da política paternalista, assistencialista e coronelista dominantes na cultura política brasileira. A cultura patrimonialista é geradora de atitudes passivas, que deixam as pessoas em situação de espera, mas não de esperança, que se percebendo numa totalidade social é capaz de inserir-se em processo de mudança social (FREIRE, 1979). O objetivo lançado é que o processo de discussão e os encaminhamentos da política pública para a socioeconomia solidária configurassem um processo social tendo uma orientação de conscientização político-pedagógico, isto é, os sujeitos sociais, na condição de cidadãos/ãs, ao participarem, devem assumir o compromisso para a efetivação da política pública da socioeconomia solidária. Assumir o compromisso é da mesma forma um ato não mecânico. É antes de tudo uma práxis educativa que coloca em contradição e em conflito opções diversas para a construção da sociedade e de todos os meios que temos para definir a vida. Não nos limitamos a um ato restrito do sentido da economia como o de mercado e da política como um ato inserido nas ações políticas eleitorais. A aprendizagem dos significados, da politização e da conscientização são resultantes de caminhos longos e muitas vezes adversos, mas que têm a emancipação social como horizonte e são resultantes da participação e do fazimento da história.

d) O trabalho: tem como horizonte a geração de relações sociais que implicam a superação de exploração do homem pelo homem. Distintamente do modo de produção burguês, a socioeconomia solidária tem como centralidade o trabalho e não o capital. Portanto, há uma inversão na relação

dos fenômenos. O trabalho, como gerador da organização e da vida social, requer metodologias autogestionárias, a politecnia, a equidade social, a diversidade cultural, o respeito ecológico, a filosofia da práxis. Isto é, o trabalho é um processo social emancipador.

e) A economia: não restrinjo as práticas econômicas à restrita produção de mercadorias e da busca insaciável do lucro, características próprias do modo de produção capitalista. A economia é o modo de ser em sociedade que cuida de todas as partes da vida humana. É a afirmação do bem viver, em que todos os seres tenham a possibilidade plena de vida, sem a escassez que leva à miserabilização da existência humana atual. A solidariedade é um princípio, que, ao adjetivar a economia, é categórica na afirmação de que a vida, em todos os sentidos, está acima do capital e do dinheiro acumulado individualmente.

f) A cultura: para constituir uma economia solidária, tem-se como fundamento o reconhecimento das diversas culturas que constituem as formações sociais no nosso território. O movimento da economia solidária avalia que uma economia democrática é aquela que possibilita a construção das condições de vida a partir dos valores culturais e das éticas que simbolizam as diversidades dos grupos socioculturais. A diversidade é a afirmação da capacidade de diálogo entre os sujeitos e os grupos sociais, por isso há a necessidade de constituição de redes de colaboração e de troca de experiências e de simbologias que reforcem os valores da solidariedade e da cooperação.

g) A ecologia: a economia solidária é complementar à ecologia. São dois movimentos que se encontram e que são necessários para a geração de condições de vida sustentáveis e que provoquem a solidariedade com as gerações presentes quanto com as gerações vindouras. Nesse sentido, a terra não é percebida como um depósito infinito de recursos que podem ser explorados, mas sim como um ser vivo e frágil que necessita dos nossos cuidados. O planeta terra, mátria-pátria, que precisa viver.

Para tanto, necessita-se de uma filosofia que se centra na sensibilização e conscientização dos participantes. O caminho a seguir é a efetiva inserção dos sujeitos sociais na constituição e no desenvolvimento de coletivos. A economia solidária é uma invenção dos movimentos sociais populares e deverá continuar assim. A política pública é a afirmação de que os setores públicos necessitam destinar recursos e logísticas para aquelas atividades que são básicas para o desenvolvimento humanizador constituído pela socioeconomia solidária.

Construir a socioeconomia solidária: um mundo melhor de se viver

Para refletir sobre as possibilidades de construção da socioeconomia solidária, questiono o seu significado. Essa é uma questão feita por muitas pessoas fazem. Alguns até desconfiam que na economia possa haver solidariedade, por isso estabelecem uma relação direta entre a economia e a competição, a concorrência, o individualismo e a exploração-dominação. Consideram que a economia é naturalmente a expressão e a prática social que demonstra esses valores.

Para não se incorrer em erros elementares é bom problematizar e historicizar os conceitos. Nesse sentido, parto do pressuposto de que a economia é uma ciência que não tem um único significado, mas representa a construção de conhecimentos que substanciam os interesses de grupos sociais diferentes. Por esse caminho de interpretação se salvaguarda o movimento da economia solidária, ou ele estaria condenado ao sistema social que domina e explora e não teria possibilidades de promover a emancipação social dos seres humanos.

Para problematizar o conceito, uso uma distinção feita por Aristóteles (1991) no livro "A Política". Para ele, há uma diferença entre a "crematística" e a "economia". A crematística é a arte e o poder de ficar rico. São as formas de acumular bens e transformá-los em capital, isto é, na capacidade de explorar e dominar os outros: empoderar-se sozinho e estar acima de todos, ser um mandante. Essa prática já fora condenada por Aristóteles. Mas pode-se facilmente compreender que é este o sentido divulgado pelos dominantes e o vivido hegemônico nos nossos dias.

A economia para Aristóteles, por sua vez, é a arte de viver numa república, isto é, numa sociedade em que as coisas coletivas valem muito e são tratadas com esmero e cuidado. Então, a economia é um conhecimento e uma prática social que constrói as condições para todos viverem bem e felizes.

Mas por que se confunde a economia com a crematística? No século XIX, na Inglaterra, Adam Smith (1996), atendendo aos anseios da burguesia industrial, que se tornou a classe social dominante, desenvolve um pensamento que reduz a economia aos significados das relações sociais de produção e de consumo e aos princípios morais e filosóficos próprios do capitalismo: a defesa da propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalhado, a acumulação de capital, a busca incessante e sem limites pelo lucro. O pensamento de Adam Smith é assu-

mido como o catecismo dos liberais (atenção – não confundir liberais com liberdade humana). A partir de então, e muito intensivamente na atualidade, vê-se todos os dias nos meios de comunicação, que são controlados pela burguesia, o conceito de economia na perspectiva econômica liberal.

Dessa forma, a economia, enquanto referencial moral que afirma a competição, a concorrência, etc., tem um significado histórico. Essa afirmação pode ser feita a partir da história, porque foi a burguesia (os ricos: detentores dos meios de produção), para atender aos seus interesses e contra os interesses dos/as trabalhadores/as (dos pobres: detentores da força de trabalho), que como classe social hegemônica divulga uma maneira única e limitada de compreender a vida e as relações sociais, na perspectiva da crematística e não da economia. Por isso, é que a socioeconomia solidária recupera o sentido original e profundo da economia, aquele referente à convivência social tranquila e humanizada, na sua historicidade, diversidade e, associado a este, o processo da negação e do combate às desigualdades sociais.

Podemos afirmar que a economia não é sinônimo de mercado, de lucro, de competição. Essa aparente significação existe somente no ideário burguês, para levar vantagem e dominar a todos e todas. A economia como arte do bem viver, leva em consideração o ser humano como ser integral. Por isso que a socioeconomia solidária recupera a significação de cuidado com o ser humano, com a natureza e com as gerações que ainda vão nascer, para que elas tenham condições de viver.

Com esse sentido, a socioeconomia solidária opõe-se aos monopólios imperialistas que o capitalismo na atualidade promove. É só saber que algumas empresas transnacionais possuem mais capital do que grande parte das nações. Isto é, muitos bilhões de seres humanos vivem na pobreza e na miséria por que tem uma ideologia que deixa os humanos cegos, e por isso não compreendem a lógica por que tanta riqueza para poucos e tantos pobres espalhados pelo mundo. A compreensão a que me refiro não é uma simples abstração, mas o compromisso de transformação da realidade socioeconômica que empobrece e coisifica os seres humanos.

A socioeconomia solidária é um jeito diferente de viver em sociedade. É uma forma de convivência na qual não há um patrão que manda e os empregados assalariados que obedecem. A maneira de organizar-se é autogestionária, isto é, onde todos/as participam de forma democrática e têm direito de voz e voto, sendo um processo decisório coletivo. Os resultados do trabalho não são apropriados por um só, o proprietário dos

meios de produção, mesmo por que este não existe na socioeconomia solidária. Como a centralidade é o trabalho e não o capital, os resultados são compartilhados por todos/as àqueles/as que de fato trabalharam.

Além dessas características, pode-se dizer que a socioeconomia solidária é popular, ela não atende às esquizofrenias das classes sociais dominantes que são antissociais e anti-humanitárias. Ela é antes de tudo um atendimento às necessidades e aos desejos de liberdade dos grupos sociais populares. Por isso ela não é elitista, mas afirmativamente popular, como Darcy Ribeiro (1995) classicamente explicou o sentido e a formação do "povo brasileiro". Desse modo, na organização da socioeconomia solidária se atende e se constrói relações socioculturais, econômicas e políticas que estão em correspondência com as capacidades e as potencialidades dos grupos sociais populares que vivem em comunidade. São desenvolvidos os valores éticos e morais da comunhão, do companheirismo, do compartilhar, do cuidado, da cooperação.

Há outro desafio a ser exposto e compreendido: o processo educacional não pode ser feito somente no sentido da instrução, mas também da politização. A questão que parece ser simples traz um referencial bastante profundo. Nas relações de trabalho que são dominantes na sociedade capitalista, facilmente se ignora o fenômeno da alienação. Há muitos discursos e práticas educativas que reduzem os processos formativos dos filhos e filhas dos/as trabalhadores/as para a capacitação para o mercado de trabalho capitalista. Isto é, a classe proletária deve se reproduzir como proletária nas relações de produção modernizadas, aperfeiçoando-se cada vez mais, para atender às demandas do capital, afinal os comandos produtivos e tecnológicos estão cada vez mais exigentes, por isso os/as trabalhadores/as devem ser mais capazes.

Na educação solidária deve haver uma inversão da ordem dos fenômenos, que representa uma mudança do sentido da educação. O ser humano deve ser visto na sua integralidade. A formação é politécnica, vale dizer, além da instrução técnica, os/as trabalhadores/as se formarão para apreender o sentido político, epistemológico, filosófico da existência humana. Os/as trabalhadores/as serão pensadores/as não para reproduzir as estruturas sociais dominantes, mas para subvertê-las, para construir relações sociais emancipatórias, tornando livres os/as dominados/as. A liberdade não somente formal, mas uma liberdade material, pela qual os seres humanos têm as condições objetivas e subjetivas de liberdade.

Destaco, ainda, que a socioeconomia solidária só tem sentido profundo de mudança quando ela está direcionada para atender as diversidades culturais. Por isso colocamos, no Núcleo Unemat-Unitrabalho, a expressão socioeconomia. O sócio é a significação de um processo coletivo envolvente das diversidades socioculturais. Assim, afirma-se que somos particularmente privilegiados no nosso meio histórico-cultural, basta aprendermos mais e então saberemos efetivamente dos quilombolas, dos chiquitanos[6], dos camponeses, das mulheres, da juventude, dos artesãos, dos desempregados, dos cantores, dos poetas, dos sonhadores, dos lutadores ... e de todos e de todas que fazem um mundo melhor de se viver todos os dias e em todos os lugares.

Conselhos de socioeconomia solidária: processos de participação para o estabelecimento e avaliação de políticas públicas

Os conselhos representam uma conquista importante para o controle social do Estado. São espaços que constituem a possibilidade de participação da sociedade na definição e avaliação de políticas públicas. Constituem uma inversão histórica em relação ao Estado brasileiro, que de controlador da sociedade, portanto como um ente fechado e autoritário, deve passar a ser controlado pela sociedade, por isso aberto, transparente e democratizador. É certo que os conselhos estão alicerçados em um modelo de Estado formatado com base nos conceitos e práticas jurídicas definidoras dos preceitos constitucionais e ideológicos da filosofia liberal burguesa. Essa característica indica limites na possibilidade de avançar na democratização das estruturas e das relações sociais e econômicas.

Ademais, essa afirmativa tem como consequência a não identidade da classe trabalhadora com as orientações das normas e dos procedimentos

---

6 Os Chiquitanos são um povo de origem indígena e que vivem em um território que abrange o Brasil e a Bolívia. Há uma diferença muito significativa na atualidade entre os Chiquitanos brasileiros e os bolivianos. Enquanto na Bolívia eles se reconhecem como índios e buscam a conservação da sua identidade cultural e do seu modo de viver, no lado brasileiro, destaco que, na região de Cáceres, pelo processo histórico de colonização e de aculturação, os Chiquitanos vivem uma forma forte de negação da sua identidade cultural e histórica. Para muitos, ser índio representa a perda da identidade urbana associada ao mundo cultural modernizante. Há, na atualidade, um movimento organizado principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base para o reconhecimento da chiquitania. Boa parcela da população chiquitana vive na periferia da cidade de Cáceres e outra parcela é camponesa. A condição geral é o seu estado de empobrecimento econômico e cultural. Por isso o trabalho político é a construção da sua identidade.

oriundas do Estado, visto que os definidores das políticas e das ações não estão em correspondência, na sua grande maioria, com o ideário e com as necessidades materiais dos grupos sociais populares. Essa desconexão é geradora de uma confluência conflituosa entre as definições provindas do Estado e das demandas sustentadas nas necessidades populares. Em decorrência da inabilidade do Estado democrático liberal burguês em atender efetivamente às necessidades da população pobre e trabalhadora, ocorre um processo de resistência que se manifesta, não pela mobilização integradora dos sujeitos sociais excluídos, mas pelo recolhimento que se retira das práticas da participação direta.

Neste artigo, esse recolhimento não significa a desistência dos grupos sociais populares em construir uma sociedade democrática, mas carrega uma conotação muito importante se soubermos fazer a leitura correta. Ele constitui a negação ativa da democracia formal burguesa que sustenta as ações jurídicas e procedimentais do Estado brasileiro (da União, das Unidades da Federação e dos Municípios). Isso ocorre porque a compreensão da democracia formal é limitadora na perspectiva de avançar para atender as necessidades reais dos grupos sociais. Há um desafio para ser gerado neste sentido, que é a instituição de relações de poder assentadas na igualdade material da democracia, portanto na progressividade dos direitos efetivos e na superação das desigualdades sociais[7].

Como fazer isso? Em primeiro plano há direitos conquistados dentro da organização da democracia formal. É preciso não estacionar o bonde da história nessa estação. Faz-se necessário avançar para a materialidade da democracia, ou seja, os grupos sociais populares devem participar ativamente na proposição, na execução e na avaliação das políticas públicas. É um processo de disputa do Estado. Aqui não reside nenhuma ideia de ingenuidade de que os grupos sociais dominantes, que sempre se beneficiaram do Estado, irão ceder como ato de benevolência algum espaço do Estado constituído. O Estado deve ser conquistado a partir da competência política mobilizadora e da organização dos movimentos sociais e dos grupos sociais populares.

Essa metodologia é pedagógica para a aprendizagem de relações políticas de participação efetiva e da democracia profunda. É nesses termos

---

7 Neste artigo, analiso o processo de construção da política pública de economia solidária no Estado de Mato grosso entre os anos de 2003 e 2014. Os/as leitores/as devem considerar que o cenário político após o Golpe de Estado que levou Temer à presidência da república é o adverso do proposto: a política no Brasil se constitui num processo fervoroso de destruição dos direitos sociais da classe trabalhadora.

que na proposição da lei para a socioeconomia solidária, que foi aprovada pelo Estado de Mato Grosso define que o conselho terá como atribuição:

> I - estabelecer diretrizes e detalhar a Política (....) de Fomento à Socio-econômica Solidária;
> II - definir os critérios para seleção de programas e projetos a serem financiados com recursos públicos ou benefícios resultantes da imple-mentação desta política;
> III - acompanhar e avaliar a gestão financeira, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados por recursos públicos;
> IV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

O que se destaca é o sentido de que a política pública deverá, com as definições presentes neste artigo, ter as características próprias e que atendam de forma objetiva às necessidades dos grupos sociais. É evidente que a socioeconomia solidária é um campo amplo de atuação. Define-se um conjunto de atividades que tem na organização de empreendimentos econômicos solidários, o reconhecimento da diversidade cultural, o res-peito à natureza, a promoção de ambiências educacionais humanizado-ras, da democracia participativa, da igualdade social, racial e de gênero, alguns dos desafios definidores da amplitude e da profundidade da socio-economia solidária. Como será possível planejar e organizar um projeto social de tais dimensões sem a participação dos atores sociais e de enti-dades que tenham na solidariedade e na cooperação os fundamentos e os objetivos de suas práticas sociais?

Dessa forma, a afirmação constituinte do argumento é que o conjunto dos participantes é que deve estabelecer as diretrizes e detalhar as políti-cas públicas. Essa relação somente é possível com a inserção comprome-tida e profunda dos atores sociais do movimento de economia solidária. Para corresponder às exigências demandadas pelo trabalho dos conse-lhos, há a necessidade da formação política e filosófica dos sujeitos im-plicados nas definições para a socioeconomia solidária. Os conselhos são para apreender o sentido originário de sua instituição, o espaço aberto de participação e de proposição de programas e de projetos.

Assim, o conselho é um espaço de formulação e de avaliação de políti-cas públicas. Sem a efetiva participação se incorre no grave perigo de tor-nar a socioeconomia solidária uma prática de poucos para poucos, o que será a razão do seu fracasso. A socioeconomia solidária é a organização

para a libertação das pessoas de suas condições objetivas de pobreza e de desumanização. É a utopia do possível, por isso basta realizá-la.

Conclusão

Com base na Análise de Política, avalio que a política pública para a socioeconomia solidária tem dois enfoques a serem continuamente interpretados. O primeiro é a necessidade da crítica em relação às condições sócio-históricas que configuram a economia, a política, a cultura, a educação. A segunda é a visualização do processo constituinte, isto é, aquele em que os atores dos movimentos sociais, a comunidade de pesquisa engajada e os gestores públicos se inserem para a construção de espaços sociais e políticos que possibilitam a promoção das *policy* para a socioeconomia solidária.

A inserção dos atores dos movimentos sociais representa enfrentar a questão da democratização do Estado. Neste sentido, no caso analisado, o espaço do conselho estadual será mais uma conquista para os trabalhadores/as que associados à REMSOL, EMESOL e PIESES tem dinâmicas institucionais que abrangem o Estado, a Universidade e a Sociedade.

Um desafio que fica é a necessidade da capacidade política do movimento de economia solidária poder articular todos os espaços, tempos e atores para a elaboração coletiva, a proposição participativa e a implantação democrática das políticas públicas da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso.

Referências

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

DAGNINO, R. et al. **Gestão estratégica da inovação:** metodologias para a análise e implementação. Taubaté/SP: Editora Cabral Universitária, 2002.

_____. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**: um debate sobre a tecnociência. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalismo moderno.** Trad. Renato Dagnino. Título do Original: The Policy in The Modern Capitalist State. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HERRERA, A. et al. **Las nuevas tecnologías y el futuro de América Latina:** riesgo e oportunidad. México/DF: Siglo Veintiuno Editores – Editorial de la Universidad de las Naciones Unidas, 1994.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROTH-DEUBEL, A.-N. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.